

ARTICULANDO COR E SEXO E CLASSE: AS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DAS MULHERES NEGRAS – MERCADO DE TRABALHO

A participação da população negra no mercado de trabalho é um aspecto extremamente relevante para a compreensão das desigualdades raciais. Não poderia ser de outra maneira, já que essa questão exerce um papel determinante na distribuição dos indivíduos na pirâmide social brasileira.

Em relação às mulheres negras, sua trajetória socioeconômica é fruto do inter cruzamento das mudanças ocorridas na participação das mulheres no mundo do trabalho e à estagnação das desigualdades raciais.

Em relação às mulheres negras, sua trajetória socioeconômica é fruto do inter cruzamento das mudanças ocorridas na participação das mulheres no mundo do trabalho e à estagnação das desigualdades raciais. **Nesse sentido, há avanços em relação aos homens do seu grupo de cor e desvantagens em relação às mulheres brancas.** No que diz respeito especificamente à inserção feminina no mercado de trabalho, uma das principais tendências apontadas pela literatura é a constituição de dois polos. No primeiro polo, há um crescimento significativo, impulsionado pelos avanços educacionais, da inserção de mulheres em ocupações não manuais caracterizadas por maior formalização e melhores rendimentos (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2000). No polo oposto, crescem as ocupações de má qualidade (baixos níveis educacionais, alta informalidade e menor renda). Como veremos a seguir, é possível apreender uma linha de cor/raça nesse fenômeno. **As mulheres que começam a se movimentar para ocupações de nível superior são predominantemente brancas, enquanto que há uma forte concentração de mulheres pretas e pardas no serviço doméstico.** As mulheres provenientes das classes mais pobres (majoritariamente negra) se dirigem para a **prestação de serviços e para os empregos ligados à produção na indústria**, enquanto que as **mulheres de classe média se dirigem para o serviço de produção e de consumo coletivo** (setor terciário) devido aos seus melhores níveis educacionais.

Os dados das tabelas 12 e 13 permitem observar a existência de padrões de clivagem de sexo e cor/raça no que diz respeito à posição na ocupação, favorecendo estimar a qualidade do vínculo entre o indivíduo e o trabalho. A posição na ocupação tornou-se uma variável importante para qualificar ou desqualificar os postos de trabalho e passou a fazer parte do ajuste do mercado de trabalho, principalmente a partir de sua reestruturação dos anos 1990¹.

Em relação às desigualdades de sexo, as mulheres concentram um percentual mais elevado de seu grupo em trabalhadoras não remuneradas, trabalhadoras domésticas e funcionárias públicas do que os homens, enquanto estes têm uma concentração mais elevada do que as mulheres em assalariados com e sem carteira, trabalhadores por conta própria e empregadores.

—

1. Desde 1992, o IBGE adota uma nova classificação da posição na ocupação na qual foram definidas duas outras categorias: trabalhadores/as na produção para o próprio consumo e trabalhadores/as na construção para próprio uso. Além disso, criou uma categoria específica para abarcar as pessoas ocupadas no serviço doméstico remunerado.

A população negra tem como característica de inserção a constituição de guetos ocupacionais com fortes diferenciais de sexo (LIMA, 2001). No caso feminino, há um forte contingente de mulheres pretas e pardas no serviço doméstico, enquanto que os homens negros estão fortemente concentrados na indústria tradicional (especialmente indústria da construção) e nos serviços gerais **onde há baixos salários e um grau de informalidade.**

No caso feminino, há um forte contingente de mulheres pretas e pardas no serviço doméstico, enquanto que os homens negros estão fortemente concentrados na indústria tradicional e nos serviços gerais.

Como temos afirmado, o trabalho doméstico torna-se relevante para nosso estudo, por ser uma categoria ocupacional com forte presença feminina e majoritariamente negra. Apesar de ser o **principal meio de sustento e manutenção de muitas famílias**, principalmente aquelas chefiadas por mulheres, **o serviço doméstico marca um lugar na estrutura ocupacional pela cor, pelos baixos rendimentos, pela ausência de escolaridade e muitas das vezes, de origem regional.** Segundo os dados da PNAD, havia no Brasil, em 2008, cerca de seis milhões de pessoas vinculadas ao emprego doméstico, das quais menos de quatrocentos

mil eram homens, ou seja, 94% das pessoas ocupadas no serviço doméstico são mulheres. Em relação à composição racial, 1/4 das mulheres pretas e 20% das mulheres pardas ocupadas no Brasil estão no serviço doméstico, enquanto que esse percentual é de 12,1% para as mulheres brancas. O serviço doméstico, além de apresentar baixos rendimentos, permanece como altamente informal, a despeito das recentes tentativas de ampliar sua **regulação.**

Tabela 12: População feminina ocupada na semana de referência por posição na ocupação e cor ou raça. Brasil – 2008

	Brancas	Pretas	Pardas	Total
Assalariados com carteira	35,4	27,5	24,5	30,4
Militares	0,0	0,0	0,0	0,0
Funcionários públicos	10,6	8,7	8,2	9,5
Assalariados sem carteira	13,4	14,2	15,0	14,1
Empregados domésticos com carteira	3,5	7,6	4,6	4,2
Empregados domésticos sem carteira	8,6	17,2	15,4	12,0
Conta própria	14,4	15,5	16,6	15,4
Empregador	4,0	0,9	1,7	2,9
Trab. na produção para o próprio consumo	3,6	4,6	7,1	5,1
Trab. na construção para o próprio consumo	0,0	0,0	0,0	0,0
Trab. não remunerado	6,4	3,7	6,9	6,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pnad/IBGE. Elaboração própria.

Tabela 13: População masculina ocupada na semana de referência por posição na ocupação e cor ou raça. Brasil – 2008.

	Brancos	Pretos	Pardos	Total
Assalariados com carteira	43,0	44,8	36,6	40,3
Militares	0,5	0,8	0,4	0,5
Funcionários públicos	5,4	4,8	4,4	4,9
Assalariados sem carteira	16,4	21,9	23,9	20,1
Empregados domésticos com carteira	0,3	0,3	0,4	0,3
Empregados domésticos sem carteira	0,3	0,6	0,5	0,4
Conta própria	21,8	20,2	23,0	22,2
Empregador	7,6	2,3	3,5	5,5
Trab. na produção para o próprio consumo	1,5	2,0	2,9	2,2
Trab. na construção para o próprio consumo	0,1	0,3	0,2	0,2
Trab. não remunerado	3,0	1,9	4,2	3,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pnad/IBGE. Elaboração própria.

As desigualdades no processo de realização socioeconômica até aqui evidenciadas vão culminar em diferentes retornos financeiros para os grupos de sexo e cor/raça, conforme demonstrados nos gráficos abaixo.

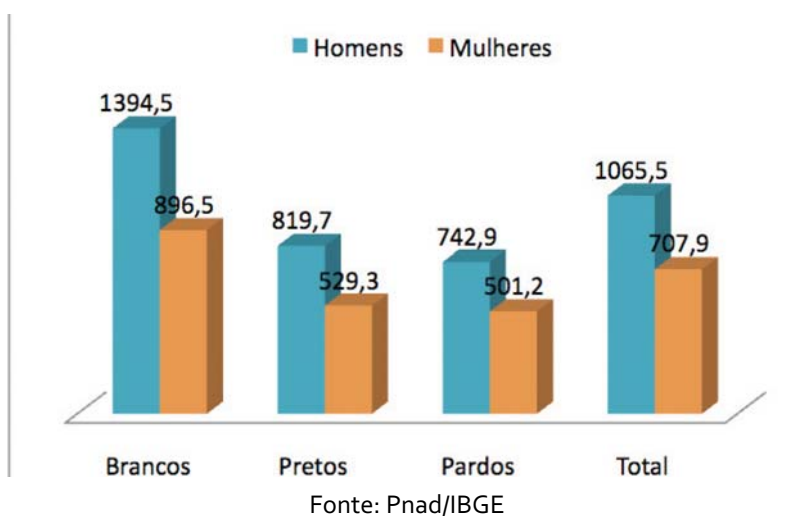
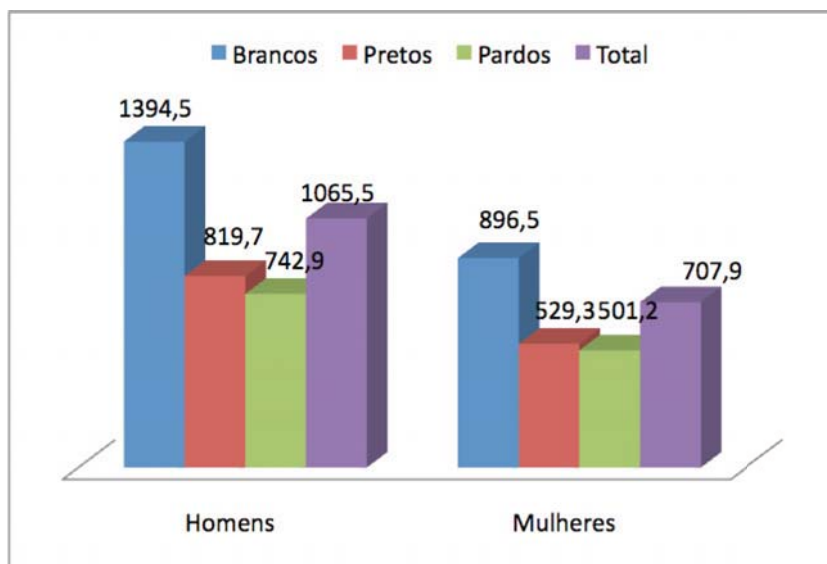
Gráfico 8: Renda média do trabalho principal por sexo, segundo os grupos de cor/raça. Brasil, 2008.

Gráfico 9: Renda média do trabalho principal por cor/raça, segundo o sexo. Brasil, 2008.

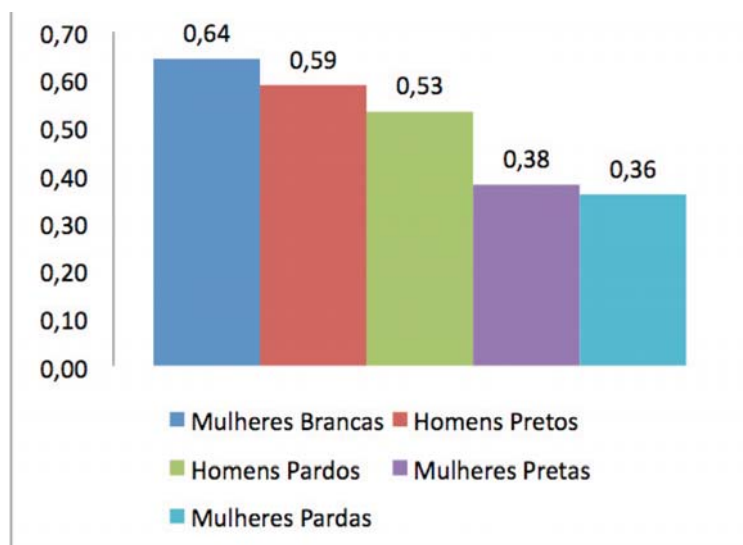


Fonte: Pnad/IBGE

O gráfico 8 permite observar a diferença de rendimento (renda média mensal do trabalho principal) entre homens e mulheres **em cada grupo de cor/raça, e em todos eles os homens ganham mais do que as mulheres, independentemente dos achados anteriores que apontam para uma maior realização educacional do grupo feminino.** Nos gráficos 9 e 10, se hierarquizam as diferenças interraciais entre homens e entre as mulheres, em que se percebe uma maior desvantagem para pardos/as e depois para os/as pretos/as, tanto entre os homens quanto entre as mulheres.

Se tomarmos o salário mais alto (homens brancos) como referência, nota-se que as mulheres brancas obtêm 64% dos rendimentos desse grupo; os homens pretos, 59%; os homens pardos, 53%. Para as mulheres pretas e pardas, esses percentuais são 38% e 36%, respectivamente.

Gráfico 10: Proporção da renda média do trabalho principal para os grupos por sexo e cor/raça a partir da renda dos homens brancos. Brasil, 2008



Fonte: Pnad/IBGE

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta unidade, fizemos uma breve introdução ao tema da desigualdade racial, com foco nos indicadores, procurando demonstrar os principais aspectos que estruturam esse debate. Devido ao escopo e ao formato dos textos desta unidade, não foi possível aprofundar cada um dos temas apresentados. A título de conclusão, alguns aspectos importantes serão ressaltados.

Em primeiro lugar, há que se chamar atenção para a **queda das desigualdades raciais impulsionadas, por um lado, pelas políticas de transferência de renda** que favorecem a população mais pobre, na qual há uma proporção significativa de negros/as, e melhorias gerais no acesso aos primeiro ciclo escolar. Por outro, **as políticas de inclusão no Ensino Superior produziram uma extraordinária redução das desigualdades raciais.**

Em segundo lugar, embora não tenham sido apresentadas informações mais específicas acerca da relação entre educação e trabalho, a literatura sobre o tema aponta para uma forte permanência das diferenças de inserção no mercado de trabalho (ocupação, setor de atividade e posição na ocupação) e renda, tanto entre homens e mulheres quanto entre negros/as e brancos/as, mesmo se controladas suas diferenças educacionais. Ou seja, existe uma rigidez significativa tanto no processo de ascensão quanto na manutenção de posições sociais na qual a cor/raça e sexo operam como atributos importantes na configuração das desigualdades.

existe uma rigidez significativa tanto no processo de ascensão quanto na manutenção de posições sociais na qual a cor/raça e sexo operam como atributos importantes na configuração das desigualdades.

Em terceiro lugar, estamos presenciando um momento peculiar no Brasil, tanto em termos de políticas de inclusão com diversos desenhos focais, quanto de mudanças importantes na economia como o crescimento real do salário mínimo, aumento das taxas de formalização e diminuição do desemprego. É necessário estar atento/a para captar se a junção desses dois movimentos (focalização e crescimento) constituirá (e de que maneira) uma sociedade menos desigual.

GLOSSÁRIO

Regulação do Trabalho Doméstico - Em junho de 2010, será realizada a 99ª Conferência Internacional do Trabalho (OIT) para discussão da adoção de um instrumento internacional de regulação do trabalho doméstico. O debate se baseia no documento Trabalho decente para trabalhadoras domésticas, publicação que sistematiza os questionários respondidos pelos estados membros da OIT sobre as condições do trabalho doméstico em cada país. Nesse documento, a FENATRAD - Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas - se destaca por ter sido uma das poucas organizações de trabalhadoras domésticas do mundo que participou do processo de consultas.

Leia a entrevista com Creuza Maria de Oliveira, presidente da FENATRAD há oito anos e militante pelos direitos e valorização do trabalho doméstico no Brasil há 26 anos. Creuza estará na delegação brasileira que participará da 99ª Conferência Internacional do Trabalho. Em sua entrevista, fala sobre a situação atual do trabalho doméstico no Brasil e a articulação das trabalhadoras para incidir nas discussões da Conferência <http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00001104.html> Acesso em 19 de maio de 2010.

Filme sobre o tema

Domésticas (Fernando Meirelles - 2001)

No meio da nossa sociedade existe um Brasil notado por poucos. Um Brasil formado por pessoas que, apesar de morar dentro de sua casa e fazer parte de seu dia a dia, é como se não estivessem lá. Cinco das integrantes desse Brasil são mostradas em "Domésticas - O Filme": Cida, Roxane, Quitéria, Raimunda e Créo. Uma quer se casar, a outra é casada, mas sonha com um marido melhor. Uma sonha em ser artista de novela e outra acredita que tem por missão na Terra servir a Deus e à sua patroa. Todas têm sonhos distintos, mas vivem a mesma realidade: trabalham como empregadas domésticas.

Vídeo institucional

Profissão: Doméstica (CECIP – Goldenberg)

No documentário, sete empregadas domésticas, com idades entre 14 e 72 anos, falam sobre suas histórias de vida, seus desejos, suas visões de mundo, preocupações, ambições. Falam sobre preconceitos, discriminação e sobre as situações de desconfiança vividas nas casas dos/as patrões e patroas. A maioria diz explicitamente não gostar de ser empregada doméstica.

ARTICULANDO COR E SEXO E CLASSE: AS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DAS MULHERES NEGRAS – EDUCAÇÃO.

EM QUAIS MOMENTOS DO CICLO DE VIDA AS DESIGUALDADES DE RAÇA E GÊNERO VÃO FICANDO MAIS EVIDENTES?
 COMO INTERVIR NESSE CICLO?
 QUAIS INDICADORES FAVORECEM A LEITURA DESSA REALIDADE?
 QUAIS INDICADORES SÃO MAIS EFICAZES ENQUANTO FERRAMENTA DE CONTROLE SOCIAL DAS
 POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE RAÇA E GÊNERO?

As conquistas das mulheres ao longo do século XX marcaram, de maneira significativa, os seus rumos para este novo milênio. As mudanças nas taxas de fecundidade, nos níveis educacionais e na sua participação no mercado de trabalho sintetizam o novo papel da mulher na sociedade. Elas refletem também os avanços no campo jurídico e na agenda governamental que redundaram no desenvolvimento de políticas públicas nas mais diversas áreas, como família, violência, saúde, dentre outras. Nesta seção, serão destacados alguns aspectos relevantes sobre o processo de realização socioeconômicas das mulheres com ênfase às condições das mulheres negras. Num primeiro momento, será apresentado um quadro geral dessas transformações para em seguida abordarmos a especificidade das mulheres negras nesse quadro.

No campo familiar, as mulheres vêm aumentando a sua participação como pessoas de referência no domicílio mesmo com a presença do cônjuge.

Embora já tenhamos falado do tema, vale lembrar aqui que há mudanças significativas no campo da fecundidade. Embora o Brasil apresente, desde a década de 1960, uma tendência declinante em sua taxa de fecundidade, **há um peso significativo das condições socioeconômicas das mulheres na determinação do número de filhos.** As mulheres que vivem nas áreas rurais, que são menos escolarizadas e pertencem a famílias com baixos rendimentos, apresentam uma taxa de fecundidade mais alta. Entretanto, especialistas destacam que esse perfil de mulheres também tem reduzido o número de filhos/as (BERQUÓ e CAVENACHI, 2006). No campo familiar, as mulheres vêm aumentando a sua participação como pessoas de referência no domicílio mesmo com a presença do cônjuge.

Vale lembrar ainda que captar tais transformações só foi possível porque houve mudanças na forma de coletar os dados. A primeira delas foi a definição de pessoa de referência de família. **Até o Censo de 1970, a chefia da unidade domiciliar investigada era sempre atribuída ao homem. As mulheres só eram classificadas como pessoa de referência de família em caso de ausência da figura masculina** (em geral, viúvas ou separadas). Mais recentemente, com a substituição do termo “chefe de família” por pessoa de referência (BRUSCHINI, 1996), alterou-se também a forma de coleta da informação. Entretanto, como já refletimos, a realização das tarefas domésticas ainda é uma atividade tipicamente feminina, reiterando o fenômeno da dupla jornada, sendo baixa a proporção de homens que declararam realizar afazeres domésticos.

A expansão educacional iniciada na década de 1950 proporcionou um aumento significativo das oportunidades de acesso à escola no Brasil, sendo as mulheres o grupo mais beneficiado.

Na esfera educacional, as mulheres têm apresentado um desempenho melhor do que o dos homens. A expansão educacional iniciada na década de 1950 proporcionou um aumento significativo das oportunidades de acesso à escola no Brasil, sendo as mulheres o grupo mais beneficiado. Elas partem de uma situação altamente desigual nos anos 1950 para já **em 1980 dividirem equitativamente com os homens as possibilidades de acesso à escola, ultrapassando-os no ensino básico e no ensino superior, a partir da década de 1990. Elas apresentam uma média de anos de estudos superior à média dos homens e concentram uma proporção maior de seu contingente**

nas faixas educacionais mais elevadas, se comparadas aos homens. Esse fenômeno ocorre em todas as faixas de idade, exceto nas faixas etárias mais elevadas.

No mundo do trabalho, a partir da segunda metade do século XX, ocorreram mudanças significativas para a transformação do mercado de trabalho brasileiro e conseqüentemente da sua força de trabalho. No que diz respeito à **situação da mulher diante do mundo do trabalho**, podemos destacar dois fenômenos: a **expansão educacional e a reestruturação desse mercado**, proporcionado pelo **processo de urbanização e industrialização ocorrido no país**. A significativa entrada de mulheres na força de trabalho brasileira, ocorrida mais fortemente a partir dos anos 1960, ocasionou uma substantiva alteração de seu perfil. Entre 1960 e 1980, a estrutura setorial de emprego no Brasil apresentou uma forte tendência de mudança dessa força de trabalho para fora do setor primário, graças à fase de expansão econômica acelerada que se iniciou em 1968 e foi até 1974, liderado pelo setor industrial cujo destaque se deu pelo maior dinamismo na geração de novos empregos, principalmente a indústria de construção. Entretanto, **foi no terciário que a mão de obra feminina encontrou sua principal fonte de absorção**, apresentando um aumento significativo nos **serviços de produção** (comércio de mercadorias), nos **serviços de consumo coletivo** (saúde e educação) e **prestação de serviços**, principalmente o emprego doméstico (HASENBALG e SILVA, 1988).

Tais transformações podem ser sintetizadas na configuração da participação feminina no mercado de trabalho, tanto em termos de inserção (crescimento) quanto em termos do seu perfil. Suas taxas de atividade aumentaram, sobretudo nas faixas etárias mais velhas e entre as mulheres casadas. Além de apresentarem uma melhor qualificação educacional do que os homens (considerado um dos principais fatores para o crescimento da sua taxa de participação), essa disparidade é mais acentuada na população ocupada do que no total da população brasileira.

No caso da desigualdade racial, há uma diminuição considerável das taxas de analfabetismo de homens e mulheres negros, mas se mantém uma elevada desigualdade em relação ao grupo branco.

Analisando os dados sobre educação (taxa de analfabetismo e frequência à escola – tabela 9) observa-se, em primeiro lugar, que embora exista uma tendência de queda do analfabetismo (mesmo com o baixo desempenho dos últimos anos), esse indicador apresenta diferenças menos significativas entre homens e mulheres. Acredita-se que essa característica tenha forte relação com a idade,

ou seja, **as discrepâncias entre homens e mulheres, em termos educacionais, têm diminuído nas gerações mais novas.** No caso da desigualdade racial, há uma diminuição considerável das taxas de analfabetismo de homens e mulheres negros/as, mas se mantém uma elevada desigualdade em relação ao grupo branco.

Tabela 9: Taxa de analfabetismo por cor ou raça e sexo. Brasil, 1999, 2003 e 2008.

		1999	2003	2008
Masculino	Branca	7,9	6,7	6,0
	Preta	20,1	16,6	12,5
	Parda	19,9	17,4	14,0
	Total	13,3	11,8	9,9
Feminino	Branca	8,6	7,4	6,4
	Preta	21,8	17,2	13,8
	Parda	19,3	16,4	13,0
	Total	13,3	11,5	9,7
Total	Branca	8,3	7,1	6,2
	Preta	20,9	16,9	13,2
	Parda	19,6	16,9	13,5
	Total	13,3	11,6	9,8

Fonte: Pnad/IBGE. Elaboração própria.

No caso da frequência à escola (tabela 10), observa-se, em primeiro lugar, que alguns padrões se repetem, independentemente do pertencimento aos grupos analisados, tais como taxas menores na faixa de 5 e 6 anos do que na faixa subsequente (embora com crescimento muito grande no período analisado). **Na faixa de 7 a 14 anos, encontramos um acesso quase universal à escola, com taxas acima de 90% e, por último, uma ruptura na faixa de passagem da faixa etária dos 15 aos 17 anos para a faixa etária dos 18 anos aos 19 anos, com queda significativa de frequência à escola para todos os grupos de sexo e cor.**

Em relação às desigualdades de raça e gênero, nas faixas mais jovens, em 2008, as diferenças entre os grupos de cor/raça e sexo estão menores se comparadas a 1999. No caso das crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 14 anos, a menor taxa encontrada é de 96,8% para o sexo masculino de cor preta. Dentre as mulheres, as taxas de frequência à escola não apresentam diferenças significativas. Entretanto, tal cenário tende a se alterar nas faixas mais velhas. **Nas faixas de 18 a 19 anos e de 20 a 24 anos, as desigualdades entre homens e mulheres tendem a evidenciar uma maior permanência na escola para as mulheres brancas (49,7% na faixa de 18 a 19 anos e 31,1% na faixa de 20 a 24 anos) e menor para os homens pretos (41,1% na faixa de 18 e 19 anos e 17,8% na faixa de 20 a 24 anos).**

Tabela 10: Taxa de frequência à escola ou creche de pessoas de 5 a 24 anos de idade segundo cor ou raça e sexo, 2008 – Brasil.

		1999		2008	
		Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
5 a 6 anos	Branca	73,2	73,0	90,2	89,2
	Preta	65,0	68,8	86,1	87,6
	Parda	68,9	69,6	86,7	87,3
	Total	70,8	71,3	88,3	88,2
7 a 14 anos	Branca	96,8	97,3	98,3	98,6
	Preta	93,1	93,6	96,8	97,8
	Parda	94,0	95,2	97,7	98,0
	Total	95,3	96,2	97,9	98,3
15a 17 anos	Branca	81,6	81,4	86,1	87,2
	Preta	75,1	73,5	83,6	83,5
	Parda	75,2	76,0	81,4	83,3
	Total	78,3	78,6	83,6	85,1
18a 19 anos	Branca	53,4	54,9	47,6	49,7
	Preta	45,5	47,3	41,1	46,1
	Parda	49,4	50,4	44,5	43,4
	Total	51,1	52,6	45,7	46,5
20 a 24 anos	Branca	26,6	28,2	26,6	31,1
	Preta	19,2	22,1	17,8	19,1
	Parda	22,9	24,0	18,4	22,1
	Total	24,6	26,2	22,1	26,3
Total	Branca	71,5	71,2	72,3	73,2
	Preta	64,7	65,3	64,9	65,4
	Parda	68,8	70,0	70,5	71,9
	Total	69,9	70,4	70,9	72,1

Fonte: Pnad/IBGE. Elaboração própria.

Fazendo um recorte mais específico para avaliar as diferenças de realização educacional entre os grupos de sexo e cor/raça, a tabela 11 apresenta dados sobre o curso que frequenta e, em seguida (gráfico 7), veremos a proporção que cada grupo concentra no ensino superior.

Os dados da tabela 11 evidenciam o que foi apontado anteriormente sobre o maior acesso das mulheres à educação superior. **Ao observarmos a distribuição da população feminina na faixa etária de 18 a 24 anos, 50% delas estão cursando faculdades e/ou universidades, enquanto que para os homens esse percentual é de 41,5%.** Ao olharmos essa distribuição nos grupos de cor, detectamos fortes desigualdades raciais tanto entre os homens quanto entre as mulheres. **Dentre os homens, 56,8% dos brancos freqüentam curso superior, enquanto que para pretos e pardos esses percentuais são, 22,1% e 25,3% respectivamente.** No caso feminino, as mulheres brancas, pretas e pardas apresentam os seguintes percentuais: 63,8%, 34,4% e 33,4% respectivamente. Destacamos, novamente, o significativo efeito do conjunto

de políticas afirmativas de acesso ao nível superior, dada a diminuição das distâncias entre os grupos de cor.

Tabela 11: Estudantes de 18 a 24 anos de idade segundo o curso que frequenta por cor ou raça, 2008 – Brasil.

		Branca	Preta	Parda	Total
Masculino	Fund. / 1º Grau	7,3	22,2	21,7	14,2
	Médio / 2º Grau	35,4	55,6	52,1	43,6
	Superior	56,8	22,1	25,3	41,5
	Alf. de adultos	0,5	0,2	0,9	0,6
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Feminino	Fund. / 1º Grau	5,3	14,1	14,8	9,6
	Médio / 2º Grau	30,6	51,1	51,2	40,0
	Superior	63,8	34,4	33,4	50,0
	Alf. de adultos	0,3	0,3	0,6	0,4
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0

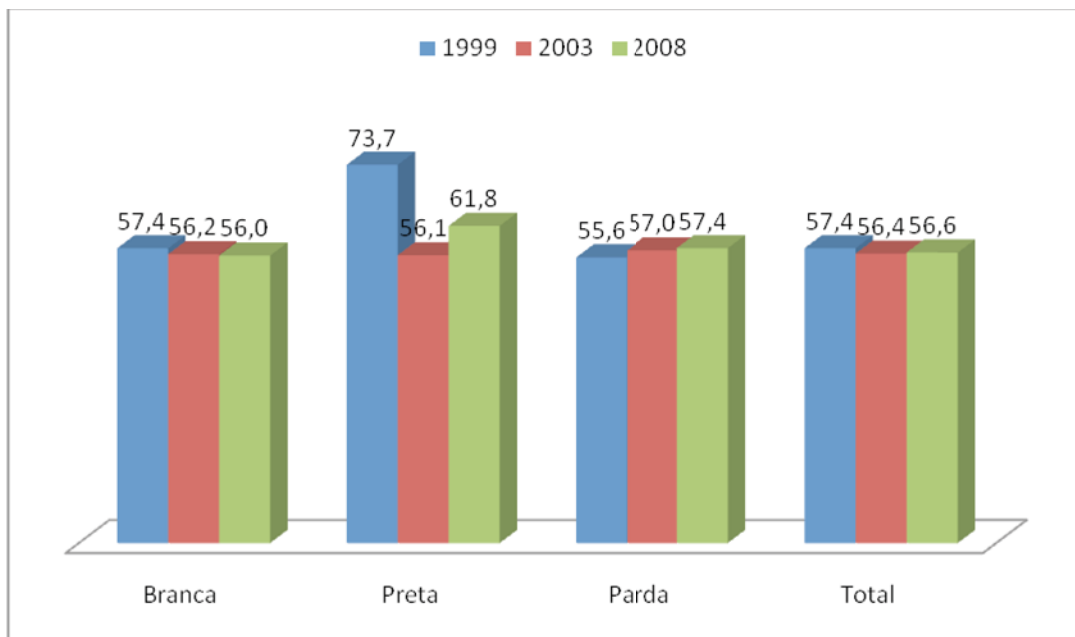
Fonte: Pnad/IBGE. Elaboração própria.

Para observar de forma mais detalhada essa inserção no nível superior, analisaremos a proporção de homens e mulheres com nível superior dentro de cada grupo de cor. Simplificando, a pergunta que esse dado responde é: no contingente de brancos/as, pretos/as e pardos/as com nível superior, qual a proporção de mulheres em cada grupo? Diferentemente da tabela anterior (tabela 11), os dados do gráfico 7 se referem aos números absolutos daqueles/as que estão frequentando o ensino superior em cada grupo de cor e identifica a proporção de mulheres em 1999 e em 2008. O principal achado desse dado é que, **exceto, para o grupo preto, não há uma mudança significativa no padrão de inserção por sexo. Ou seja, em geral, os grupos de sexo se beneficiaram de forma semelhante da ampliação do acesso.** Por exemplo, em 1999, 57,% dos/as brancos/as cursando o nível superior eram compostos por mulheres; em 2008, esse percentual era de 56%. No caso das mulheres pretas, elas representavam, em 1999, 74% do contingente de seu grupo cursando nível superior, apontando para uma forte distorção de gênero; em 2008, esse percentual passou para 62%. Ou seja, diminuiu de forma significativa a proporção de mulheres do grupo preto cursando ensino superior, mas ainda se manteve um patamar mais elevado do que os demais grupos¹.

–

1. Parte dessa discrepância pode ser explicada pelo tamanho do grupo preto, recortado por sexo e nível superior, gerando um número de casos muito baixo.

Gráfico 7: Proporção de mulheres, 18 a 24 anos, em cada grupo de cor com nível superior.



Fonte: Pnad/IBGE

A etapa seguinte da análise é desvendar as diferenças de inserção dos grupos de sexo e cor no mercado de trabalho. Os dados até aqui apresentados reforçam aqueles já apresentados no Módulo II e demonstram que há fortes desigualdades de gênero acerca da realização educacional, sendo que **as mulheres se encontram mais escolarizadas que os homens. Em relação às desigualdades raciais, os padrões se mantêm, tanto entre homens quanto entre mulheres, com as mulheres apresentando um melhor desempenho do que os homens e os/as brancos/as apresentando um melhor desempenho do que os/as negros/as.**

DESIGUALDADES RACIAIS: O QUADRO ATUAL NO MERCADO DE TRABALHO**QUAIS FATORES REDUZEM AS OPORTUNIDADES DE NEGROS/AS NO MERCADO DE TRABALHO?**

Nesta seção, serão analisadas duas etapas importantes do processo de realização socioeconômica: a **autonomização** e a **realização de status**. Embora **não exista um momento específico no ciclo de vida das pessoas em que a desigualdade é criada ou perpetuada**, o mercado de trabalho é considerado um **lócus privilegiado para observar quando determinadas desigualdades se transformam em outras desigualdades**. É uma esfera na qual é possível captar em que medida as diferenças nas recompensas (como renda oriunda do trabalho e posição na ocupação) são fruto das diferenças de produtividade, ou seja, é possível identificar em que medida o mercado de trabalho é revelador de desigualdades adquiridas em etapas anteriores do ciclo de vida. É possível ler em que medida as diferenças nas recompensas estão relacionadas às diferenças de inserção no mercado de trabalho e às características adscritas da força de trabalho, isto é, pode-se observar a **atuação do mercado de trabalho como um gerador de desigualdades, tanto por segmentação** (ramos de atividade, formal e informal e segmentação regional) **quanto por discriminação sexual e racial**.

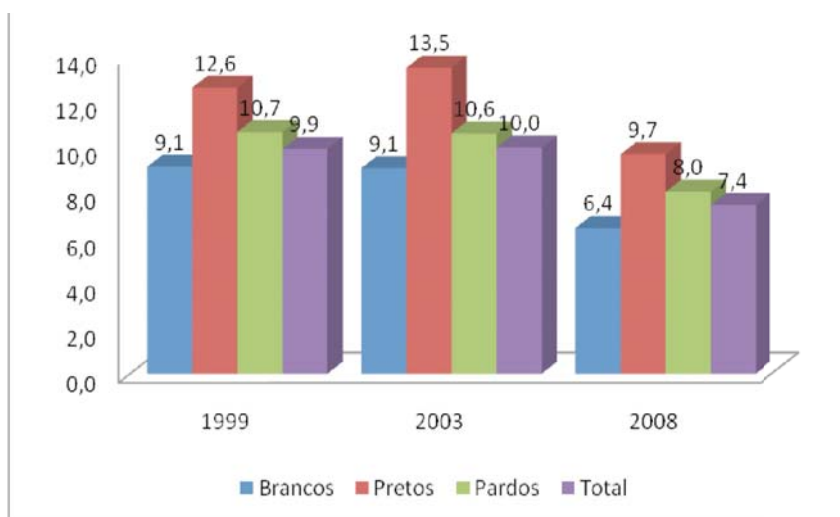
Para analisar tais aspectos, serão apresentados dados acerca das condições de inserção no mercado de trabalho e dados sobre a posição dos indivíduos na estrutura sócio-ocupacional e suas diferenças de renda oriunda do trabalho.

é possível identificar em que medida o mercado de trabalho é revelador de desigualdades adquiridas em etapas anteriores do ciclo de vida.

Na leitura desses dados, há que se considerar um aspecto importante. As dinâmicas das desigualdades no mercado de trabalho são fortemente afetadas pelo cenário econômico. O período aqui analisado (1999-2008) envolve, pelo menos, dois momentos distintos. Um primeiro ciclo com menor crescimento econômico, 1999-2002, e um segundo momento, 2003-2008, quando há mudanças estruturais importantes na estrutura do mercado de trabalho, dado o seu maior dinamismo (crescimento econômico, formalização de emprego e crescimento real do salário mínimo).

Em relação à caracterização geral da força de trabalho, a População em Idade Ativa, composta pela população residente com faixa etária entre 10 e 64 anos, no ano de 2008, era de 143.560.622. Seu crescimento no período analisado (1999-2008) foi de 26,8%. A População Economicamente Ativa, composta pela parcela da PIA que está ocupada ou desempregada, era de 94.522.437 e cresceu 23,4%. A taxa de participação na PEA (PEA/PIA), no ano de 2008, era de 65,8%. Quanto ao desemprego, sua taxa era de 7,4% em 2008, apresentando uma tendência de queda.

Quanto às desigualdades raciais, a população preta tende a apresentar a taxa de participação na PEA mais elevada, uma maior proporção de ocupados (ocupados/PIA), juntamente com a população branca, e maiores taxas de desemprego. No período analisado, a despeito do seu significativo decréscimo **nos últimos cinco anos, as desigualdades raciais persistiram ao longo do tempo**, conforme demonstra o gráfico 4.

Gráfico 4: Taxa de desemprego segundo a cor e raça. Brasil, 1999, 2003 e 2008.

Fonte: Pnad/IBGE

Para desenvolver uma análise sobre as pessoas ocupadas¹, é necessário tecer algumas considerações sobre o mercado de trabalho brasileiro. Em geral, as análises demonstram que o mercado de trabalho brasileiro é altamente heterogêneo, tanto em termos de estrutura produtiva quanto em termos de qualificação profissional, apresenta grande oferta de força de trabalho e baixa proteção social.

Como o intuito é analisar as características da força de trabalho, os gráficos que se seguem (gráficos 5 e 6) trazem informações sobre a escolaridade mensurada pela média de anos de estudos, segundo os grupos de idade. **A importância da relação entre idade e mercado de trabalho é que quanto mais tardio o ingresso** (em termos etários), **mais qualificada será a inserção dos/as jovens trabalhadores/as.**

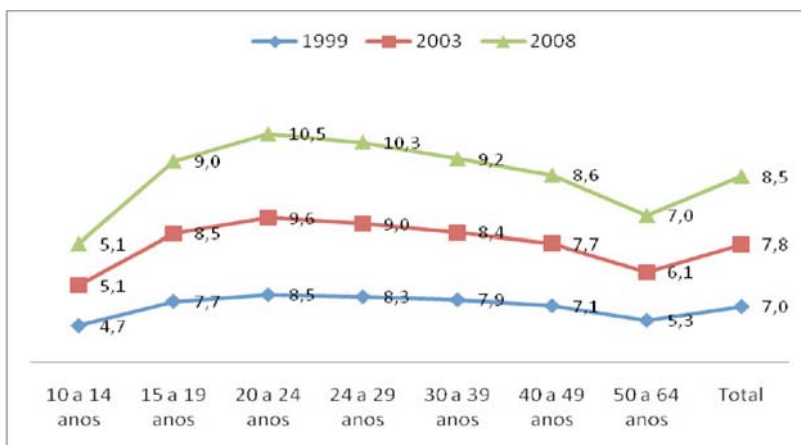
Em primeiro lugar, observa-se que **a média de anos de estudos da população ocupada, em 2008, era 8,5 anos crescendo 1,5 anos em dez anos**, o que pode ser considerado/a **um resultado insatisfatório**. Em segundo lugar, observa-se que as médias mais baixas estão entre os/as mais jovens (potencialmente em idade escolar) e os/as mais velhos/as (que estão saindo do mercado de trabalho). As faixas etárias 20-24 anos e 24-29 anos apresentam uma média de anos de estudo superior (10,5% e 10,3%, respectivamente). Em relação às diferenças entre os grupos de cor/raça, observa-se uma vantagem do grupo branco em relação aos pretos/as e pardos/as, vantagem esta que diminui nos últimos dez anos.

-

1.

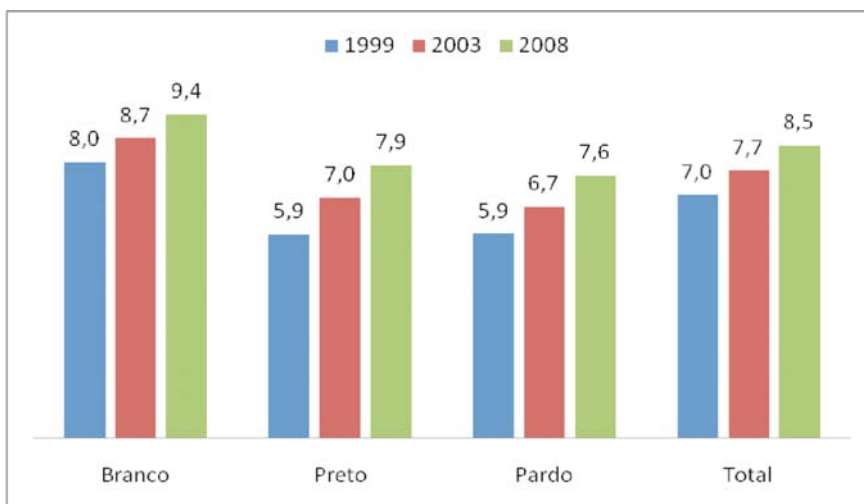
Segundo o IBGE, "Foram classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que tinham trabalho durante todo ou parte desse período. Incluíam-se, ainda, como ocupadas as pessoas que não exerceram o trabalho remunerado que tinham na semana de referência por motivo de férias, licença, greve, etc". Todos os dados apresentados sobre mercado de trabalho consideraram a população ocupada com idade entre 10 e 64 anos. As informações são sobre a ocupação exercida na semana de referência que, no caso da PNAD-2008, foi de 21 a 27 de setembro de 2008.

Gráfico 5: Média de anos de estudo da população ocupada por faixa de idade. Brasil - 1999, 2003 e 2008.



Fonte: Pnad/IBGE

Gráfico 6: Média de anos de estudo da população ocupada por cor ou raça. Brasil - 1999, 2003 e 2008.



Fonte: Pnad/IBGE

Em termos de colocação no mercado de trabalho, serão analisadas informações sobre população ocupada a partir da posição na ocupação. Para facilitar a compreensão, esses dados serão apresentados em duas etapas. Na primeira, demonstraremos alguns efeitos das mudanças recentes no mercado de trabalho com as informações para os anos de 1999, 2003 e 2008. Na etapa seguinte, serão analisadas as desigualdades raciais tendo como referência somente os dados de 2008, chamando a atenção para possíveis mudanças no padrão de desigualdades raciais.

Tabela 7: População ocupada por posição na ocupação. Brasil – 1999, 2003 e 2008.

	1999	2003	2008
Assalariados com carteira	28,3	30,7	36,1
Militares	0,4	0,3	0,3
Funcionários públicos	6,4	6,4	6,9
Assalariados sem carteira	17,6	18,2	17,5
Empregados domésticos com carteira	1,9	2,1	2,0
Empregados domésticos sem carteira	5,7	5,7	5,4
Conta própria	22,5	21,7	19,3
Empregador	4,0	4,1	4,4
Trab. na produção para o próprio consumo	3,7	3,5	3,4
Trab. na construção para o próprio consumo	0,1	0,1	0,1
Trab. não remunerado	9,4	7,2	4,7
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pnad/IBGE. Elaboração própria.

No período analisado, **destacam-se o crescimento dos/as assalariados/as com carteira** (de 28,3% em 1999 para 36,1% em 2008) sendo que o crescimento mais significativo foi nos últimos cinco anos e **a queda da proporção de trabalhadores/as por conta própria e de trabalhadores/as não remunerados**. Entretanto, o item assalariados/as sem carteira manteve sua proporção, da mesma forma que empregadores/as e funcionários/as públicos/as. Como já apontado na análise das desigualdades de gênero, **destaca-se o peso do serviço doméstico no mercado de trabalho brasileiro** (7,4% do total de ocupados/as, que em números absolutos significa 6.449.411 de pessoas!) **e sua implacável informalidade**. Segundo esses dados, **apenas 27,2% dos/as empregados/as domésticos/as têm registro em carteira**.

A inserção diferenciada dos grupos de cor/raça no mercado de trabalho, conforme demonstra a tabela 8, fica evidenciada ao olhar-se a concentração do grupo branco entre os/as assalariados/as com carteira e empregadores/as, diante da maior participação dos grupos preto e pardo entre os assalariados sem carteira. Os/As pretos/as e os/as pardos/as apresentam algumas distinções entre si (com situação mais precária para os/as pardos/as) e distinções em relação ao grupo branco, principalmente sua maior concentração de força de trabalho nos serviços domésticos.

Tabela 8: Distribuição da População ocupada por posição na ocupação, segundo os grupos de cor ou raça. Brasil - 2008.

	Branços		Pretos		Pardos	
	N	%	N	%	N	%
Assalariados com carteira	17.230.467	39,6	2.462.029	37,6	11.599.323	31,6
Militares	130.518	0,3	32.049	0,5	96.986	0,3
Funcionários públicos	3.363.878	7,7	419.389	6,4	2.173.989	5,9
Assalariados sem carteira	6.541.553	15,0	1.226.370	18,7	7.419.464	20,2
Empregados domésticos com carteira	749.079	1,7	221.656	3,4	769.618	2,1
Empregados domésticos sem carteira	1.726.963	4,0	495.298	7,6	2.441.193	6,7
Conta própria	8.043.268	18,5	1.197.774	18,3	7.470.042	20,4
Empregador	2.625.224	6,0	113.824	1,7	1.025.865	2,8
Trab. na produção para o próprio consumo	1.063.057	2,4	203.904	3,1	1.709.131	4,7
Trab. na construção para o próprio consumo	34.456	0,1	11.192	0,2	43.365	0,1
Trab. não remunerado	1.963.204	4,5	172.822	2,6	1.937.104	5,3
Total	43.471.667	100,0	6.556.307	100,0	36.686.080	100,0

Fonte: Pnad/IBGE. Elaboração própria.

O ingresso de homens e mulheres negros/as no mercado de trabalho ocorre em situações de desvantagens, em relação ao grupo branco, devido às maiores possibilidades de sucesso educacional destes últimos. Além disso, os/as negros/as estão expostos à discriminação relacionados à sua cor/raça, impedindo o acesso às ocupações mais valorizadas, mesmo quando conseguem romper a barreira educacional, limitando suas possibilidades de ascensão social. Disto resulta uma **concentração desproporcional de negros/as nas ocupações manuais, menos qualificadas e mais mal remuneradas**, tais como prestação de serviços, emprego doméstico e construção civil (LIMA, 2001).

Os estudos sobre mobilidade e raça, no Brasil, apontam que as desigualdades raciais vão se tornando mais evidentes à medida que os/as negros/as vão se movimento para o topo da pirâmide ocupacional.

Os estudos sobre mobilidade e raça, no Brasil, apontam que as desigualdades raciais vão se tornando mais evidentes à medida que os/as negros/as vão se movimento para o topo da pirâmide ocupacional. Santos (2005), ao analisar o peso da classe na determinação da desigualdade racial, aponta que nos estratos mais elevados é onde se constata maior desigualdade racial. Ou seja, **os/as negros/as que conseguem romper a barreira da escolaridade enfrentam maiores dificuldades para obter**

as mesmas posições que os/as brancos/as com condições educacionais similares. As pesquisas recentes desenvolvidas por Costa Ribeiro (2007) sobre as chances de mobilidade social dos indivíduos também apontam nessa direção. A rigidez racial cresce paulatinamente com as tentativas de aquisição ou manutenção de status. Segundo o autor, as chances de *mobilidade descendente e de imobilidade de pessoas com origens nas classes mais altas são significativamente influenciadas pela cor* (RIBEIRO, 2007). O que essas análises sugerem é que **o preconceito racial se torna mais relevante à medida que subimos na hierarquia de classes no Brasil.**

GLOSSÁRIO

Autonomização de status - Corresponde à fase do ciclo de vida na qual o/a jovem começa a adquirir *status* social próprio, envolvendo primordialmente duas dimensões: acesso ao mercado de trabalho e escolha marital (que corresponde aos diferentes arranjos na constituição de uma nova família).

Realização de status - fase correspondente ao momento no qual o indivíduo assume um *status* próprio e autônomo definido a partir da sua posição na estrutura sócio-ocupacional e da distribuição da renda pessoal.

DESIGUALDADES RACIAIS: O QUADRO ATUAL NA EDUCAÇÃO

QUAL O PESO E IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO NA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES DA RAÇA E GÊNERO?

O ponto principal a ser observado no processo de internalização de recursos é a educação, que se destaca como ativo mais importante no processo de realização socioeconômica. Além de ser o principal aspecto na análise da trajetória dos indivíduos, a educação tem um papel crucial no processo de reprodução da desigualdade, uma vez que é um elo interveniente entre **background social** dos indivíduos e seu destino de classe (SHAVIT, 2003).

O Brasil enfrentou muito tardiamente o problema dos baixos índices educacionais de sua população.

O Brasil enfrentou muito tardiamente o problema dos baixos índices educacionais de sua população. Durante décadas, **foi capaz de apresentar altas taxas de crescimento, sem enfrentar o problema do nível de escolaridade** da população (TAFNER, 2005). Isso só foi possível devido às características do modelo de desenvolvimento e das empresas, em termos de tecnologia. Não é à toa que o grande debate dos anos 1990 se direciona para as mudanças ocorridas no processo produtivo e o problema da qualificação e requalificação do/a trabalhador/a. Os dados sobre taxa de analfabetismo, escolarização e anos de estudo apontam que, embora haja uma melhoria desses índices para todos os grupos de cor/raça, as desigualdades entre eles ainda são significativas.

Em relação às taxas de analfabetismo apresentadas na tabela 3, vale elucidar, em primeiro lugar, que esse dado tem apresentado quedas significativas em todos os grupos de cor/raça e em todas as regiões do país. No entanto, as desigualdades raciais são marcantes. **Em 2008, a população branca residente no país apresentava uma taxa de 6,2%; já os grupos de pretos e pardos apresentavam, respectivamente, 13,2% e 13,5%.** Ao analisarmos tais informações, levando em conta os aspectos regionais, observa-se que tanto nas regiões mais prósperas quanto nas regiões menos desenvolvidas prevalece a maior incidência de analfabetismo para pretos/as e pardos/as.

Tabela 3: Taxa de analfabetismo segundo cor ou raça e regiões, 1999, 2003 e 2008.

		1999	2003	2008			1999	2003	2008
Norte	Branca	7,4	7,2	6,4	Sul	Branca	6,3	5,3	4,2
	Preta	19,9	15,1	11,6		Preta	15,3	12,0	9,8
	Parda	13,0	11,5	8,7		Parda	16,1	12,1	10,1
	Total	11,5	10,5	8,3		Total	7,8	6,4	5,4
Nordeste	Branca	21,3	17,7	15,7	Centro-oeste	Branca	7,8	6,9	5,6
	Preta	35,0	26,9	20,7		Preta	22,2	15,1	12,7
	Parda	28,4	25,2	20,9		Parda	12,5	11,1	9,5
	Total	26,6	23,2	19,4		Total	10,7	9,5	8,1
Sudeste	Branca	5,6	5,0	4,2	Total	Branca	8,3	7,1	6,2
	Preta	14,4	12,1	8,9		Preta	20,9	16,9	13,2
	Parda	11,4	9,5	7,8		Parda	19,6	16,9	13,5
	Total	7,8	6,9	5,8		Total	13,3	11,6	9,8

Fonte: Pnad/IBGE

A tabela a seguir (tabela 4) apresenta informações sobre a taxa de frequência à escola para diversas faixas etárias. Esse indicador é importante por fornecer elementos que nos ajudam a pensar alguns aspectos definidores no processo de reprodução das desigualdades. **Estar na escola significa** não somente a **possibilidade de estar diante de oportunidade de aumento de capital humano**, mas também, dependendo da faixa etária, significa **chances de permanecer por mais tempo nos bancos escolares**. Explicitando melhor: **uma vez fora da escola, as chances de retorno são menores e diminuem progressivamente, com a idade**.

Tabela 4: Distribuição dos/as estudantes de 18 a 24 anos de idade, por grupos de cor/raça, segundo curso que frequentam. Brasil, 1999 e 2008.

		Branca	Preta	Parda	Total
1999	Fund. / 1º Grau	17,7	42,8	41,3	28,3
	Médio / 2º Grau	48,8	48,2	49,7	49,1
	Superior	33,1	7,5	7,9	21,8
	Alf. de adultos	0,4	1,5	1,1	0,7
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0
2008	Fund. / 1º Grau	6,3	18,1	18,2	11,8
	Médio / 2º Grau	32,8	53,3	51,7	41,7
	Superior	60,5	28,3	29,4	45,9
	Alf. de adultos	0,4	0,3	0,8	0,5
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pnad/IBGE

Os dados apresentados na tabela 4 são surpreendentes em termos de mudança na frequência à escola nos últimos dez anos. Se compararmos as diferenças entre os anos de 1999 e 2008, observa-se a forte queda do número de estudantes, de 18 a 24 anos, no Ensino Fundamental (de 28,3% para 11,8%) e no Ensino Médio (de 49,3% para 41,9%) e o alto crescimento da proporção de jovens frequentando o Ensino Superior. Mesmo com as transformações em curso, ainda há fortes discrepâncias entre esses grupos: grande proporção de pretos/as (18,1%) e pardos/as (18,2%) cursando o Ensino Fundamental, com idade superior a 18 anos; no que se refere ao ingresso no ensino superior 60,5% dos/as brancos/as, 28,3% dos/as pretos/as e 29,4% dos/as pardos/as cursam esse grau de ensino. **É digno de nota o forte aumento de pretos/as e pardos/as no Ensino Superior. Suas proporções aumentaram quase quatro vezes nos últimos dez anos.**

Dada as fortes mudanças encontradas para o Ensino Superior, foi feito outro recorte etário para captar os efeitos dessas recentes transformações (gráfico 3). A ênfase agora recai nos/as estudantes de 18 a 25 anos cursando o nível superior (incluindo mestrado e doutorado). Entre 1999 e 2008, a proporção de jovens estudantes cursando o Ensino Superior cresce de 22,6% para 47,2%, um crescimento significativo. Em relação às diferenças entre os grupos de cor/raça, nota-se que o patamar inicial do período analisado (1999) é extremamente baixo para os grupos preto e pardo, correspondendo a 7,5% e 8,4%, respectivamente, e 34,1% para os estudantes brancos/as. Em 2008, esses percentuais são 29,8% (pretos/as), 30,6% (pardos/as) e 61,7% (brancos/as). As diferenças, em termos proporcionais, entre brancos/as e pretos/as e brancos/as e pardos/as cai de quatro para duas vezes. **As recentes POLÍTICAS DE INCLUSÃO no sistema universitário** (políticas de cotas, cursinhos comunitários etc), bem como sua **ampliação em termos de números de vagas, têm produzido efeitos positivos para diminuição das desigualdades raciais.**

POLÍTICAS DE INCLUSÃO

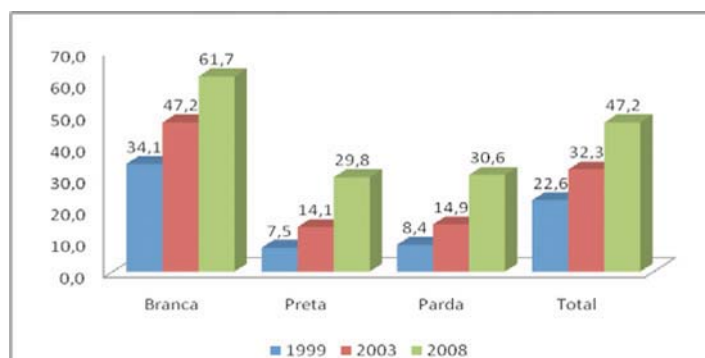
Para saber mais sobre as políticas de cotas no Ensino Superior:

CARVALHO, José Jorge de. *Inclusão Étnica e Racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior*. São Paulo: Attar, 2005. 2ª edição: 2006. 212 pg.

Vídeos institucionais sobre o tema

Virando a mesa: ações afirmativas e cotas – Tobossis – Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=8tGPx9HpHhw> Acesso em 18 de maio de 2010.

Documentário: Cotas na UnB: sob o signo da justiça – Fundação Cultural Palmares – Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=tVTAKUck3mc> Acesso em 18 de maio de 2010.

Gráfico 3: Proporção de estudantes de 18 a 25 anos cursando o Ensino Superior, Mestrado ou Doutorado, segundo cor ou raça, 1999, 2003 e 2008 – Brasil.

Fonte: Pnad/IBGE

Em relação às diferenças regionais (tabela 5), a proporção de estudantes na faixa etária de 18 a 25 anos cursando o Ensino Superior tem um crescimento muito significativo, sendo que, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, esse crescimento é maior do que a média nacional, se considerarmos os patamares iniciais utilizados na comparação (1999). Os efeitos das recentes políticas de inclusão são percebidos por meio da extensão da mudança encontrada entre 1999 e 2003 e após este ano.

Tabela 5: Proporção de estudantes de 18 a 25 anos *cursando* o Ensino Superior, Mestrado ou Doutorado, segundo cor ou raça e regiões, 1999, 2003 e 2008 – Brasil

		1999	2003	2008
Norte	Branca	19,4	30,8	49,1
	Preta	5,7	7,4	32,3
	Parda	7,2	13,1	29,4
	Total	10,7	17,7	34,3
Nordeste	Branca	22,3	28,2	41,0
	Preta	3,3	6,6	19,4
	Parda	6,7	10,9	22,4
	Total	11,3	15,9	28,2
Sudeste	Branca	36,9	52,2	67,8
	Preta	9,2	18,7	36,0
	Parda	9,9	19,8	39,5
	Total	28,4	41,8	57,8
Sul	Branca	39,1	53,2	67,5
	Preta	11,6	22,3	45,4
	Parda	10,3	20,4	38,1
	Total	35,5	49,4	63,5

Centro-oeste	Branca	34,1	52,1	64,2
	Preta	17,4	30,4	41,2
	Parda	14,2	25,2	44,0
	Total	24,1	38,6	53,4
Total	Branca	34,1	47,2	61,7
	Preta	7,5	14,1	29,8
	Parda	8,4	14,9	30,6
	Total	22,6	32,3	47,2

Fonte: Pnad/IBGE. Elaboração própria.

A tabela 6 traz informações sobre os indivíduos com mais de 25 anos que concluíram no mínimo o Ensino Superior. Esse indicador é interessante por retratar dois aspectos: i) o grau de qualificação dos indivíduos no momento em que deveria apresentar credenciais mais qualificadas para inserção no mercado de trabalho; ii) reforçar os efeitos das mudanças recentes de acesso ao nível superior. **Se a diminuição das desigualdades evidenciadas nos últimos dados apresentados for fruto das políticas recentes de inclusão, os grupos etários mais velhos deverão apresentar um quadro de desigualdades raciais mais elevadas**, uma vez que não foram atingidos por políticas de inclusão.

Tabela 6: Proporção de indivíduos com 25 anos ou mais de idade com 15 anos ou mais de estudo (Superior completo), segundo cor ou raça, 1999, 2003 e 2008.

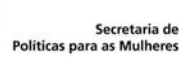
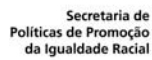
	1999	2003	2008
Branca	9,9	11,3	14,2
Preta	2,3	2,9	4,1
Parda	2,3	2,9	4,7
Total	6,7	7,5	9,6

Fonte: Pnad/IBGE. Elaboração própria.

Conforme previsto, esses indicadores revelam algo distinto do que vimos até o momento com os/as estudantes de 18 a 25 anos. Em primeiro lugar, observa-se, independentemente da cor/raça, que a proporção de indivíduos acima de 25 anos e com mais de quinze anos de escolaridade é baixa, mesmo em 2008: apenas 9,6%. Comparando com 1999, nota-se um crescimento importante no período (43%) e uma desigualdade racial mais expressiva: em 2008, 14,8% dos/as brancos/as estão neste grupo e, respectivamente, 4,1% e 4,7% dos/as pretos/as e dos/as pardos/as. As populações preta e parda apresentam desvantagens significativas se comparadas aos/às brancos/as, mas apresentam um crescimento maior no período analisado. Isso nos permite afirmar que, **embora existisse antes das políticas de inclusão um processo de redução das desigualdades educacionais, seu ritmo era extremamente lento.**

GLOSSÁRIO

Background social – origem e ambiente social dos indivíduos.



COR E PROCESSO DE REALIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA: O QUADRO ATUAL DAS DESIGUALDADES RACIAIS NO BRASIL

QUAIS OS INDICADORES SOCIAIS DE DESIGUALDADES ENTRE NEGROS/AS E BRANCOS/AS?
A QUE SERVEM ESSES INDICADORES?
QUAIS FATORES REDUZEM AS OPORTUNIDADES DE NEGROS/AS?
QUAL O PESO DA RENDA PER CAPITA FAMILIAR, NA PRODUÇÃO DE DESIGUALDADES RACIAIS?

Nesta seção, serão apresentados os principais indicadores sociais que permitem uma análise da configuração das desigualdades raciais. Entretanto, alguns aspectos gerais precisam ser evidenciados de forma a ampliar o entendimento e o uso dos dados.

O primeiro aspecto diz respeito à necessidade de estar atento às mudanças de ordem estrutural que ajudam a compreender o quadro das desigualdades e suas alterações tais como mudanças demográficas (o tamanho dos grupos de cor/raça, os processos migratórios) e questões econômicas (momentos de crise e/ou de crescimento econômico que alteram a dinâmica formalização de empregos, aumento ou decréscimo do valor real do salário mínimo).

As estatísticas sociais têm sido usadas historicamente como mecanismos de gestão, controle e planejamento das sociedades nas áreas das finanças, da saúde pública, da assistência social das políticas públicas.

O segundo aspecto trata do uso dos dados que serão apresentados. Esses dados são indicadores sociais que têm contribuído de maneira decisiva para o entendimento do fenômeno das desigualdades sociais e que deverão ser utilizados como indicadores das mudanças advindas com as políticas implantadas. As estatísticas sociais têm sido usadas historicamente como mecanismos de gestão, controle e planejamento das sociedades nas áreas das finanças, da saúde pública, da assistência social das políticas públicas. Nesse sentido, um indicador social é uma medida que tem um significado social e que permite a operacionalização de um conceito abstrato tanto de interesse teórico, utilizado em pesquisas acadêmicas, quanto de interesse programático, utilizado na formulação de políticas públicas (JANUZZI, 2004). É com esse intuito que foram selecionados os dados aqui apresentados.

CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Para caracterizar os principais aspectos das desigualdades raciais no Brasil, será utilizado o esquema analítico desenvolvido pelos sociólogos Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva (HASENBALG e SILVA, 2005 p. 38-40). Esse modelo permite compreender o processo de transmissão intergeracional da desigualdade social apresentando os componentes das etapas do ciclo de vida social. Segundo esses autores, **o processo cumulativo de desvantagens é o que caracteriza a desigualdade racial no Brasil, associado aos mecanismos discriminatórios pelos quais passa a população preta e parda no decorrer da sua trajetória.** Ou seja, os determinantes das desigualdades raciais devem ser observados levando em conta os chamados fatores

produtivos (por exemplo, educação e experiência), mas deve ser dada ênfase aos fatores não produtivos (o efeito determinante da cor, do sexo ou da região), correspondendo aos fenômenos de discriminação e de segmentação. As etapas desse modelo serão demonstradas a seguir.

Modelo de realização socioeconômica (Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva)

1. Origem Familiar

- 1.1 Estrutura familiar (capital social)
- 1.2 Recursos Econômicos (capital econômico)
- 1.3 Recursos Educacionais (capital cultural)

2. Internalização dos recursos

- 2.1. Saúde, sobrevivência e acesso à pré-escola
- 2.2. Escolarização formal

3. Autonomização de status

- 3.1. Acesso ao mercado de trabalho
- 3.2. Escolha marital

4. Realização de status

- 4.1. Posicionamento na estrutura sócio-ocupacional
- 4.2. Distribuição da renda pessoal

5. Renda familiar e pobreza

Retorno ao estágio inicial do ciclo

Origem familiar: Diz respeito à situação social das famílias; os recursos disponíveis a seus membros são fundamentais para a trajetória socioeconômica dos indivíduos. Características tais como **número de membros da família, sua renda, condições de moradia, escolaridade da pessoa de referência** (o que antigamente chamávamos de pessoa de referência de família) e **tipo de família modificam a estrutura de oportunidades dos indivíduos.**

A internalização de recursos: **Trata-se das condições e possibilidades nas quais crianças e adolescentes das famílias iniciam sua trajetória social.** Questões como taxas de mortalidade infantil, acesso à educação infantil e a escolarização básica caracterizam essa etapa do processo.

*A **autonomização** de status:* Corresponde à **fase do ciclo de vida na qual o/a jovem começa a adquirir status social próprio**, envolvendo primordialmente duas dimensões: acesso ao mercado de trabalho e escolha marital (que corresponde aos diferentes arranjos na constituição de uma nova família).

A fase da realização de status corresponde ao momento no qual **o indivíduo assume um status próprio e autônomo** definido a partir da sua posição na estrutura sócio-ocupacional e da distribuição da renda pessoal.

Renda familiar e pobreza. Tal processo culmina com a determinação de uma situação familiar; momento no qual voltamos ao estágio inicial do ciclo.

Em termos metodológicos, há duas considerações importantes. A primeira diz respeito aos critérios de classificação de raça/cor. A maioria das informações estatísticas do Brasil e que serão apresentadas neste texto são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão do governo brasileiro que coleta diversas informações demográficas e socioeconômicas sobre o país. Em termos de **classificação racial**, o IBGE aplica a seguinte pergunta: "*Sua cor ou raça é? Branco, preto, amarelo, pardo, indígena*". **A classificação é feita pelo/a entrevistado/a (autoclassificação) e não é oferecida uma alternativa aberta** (procedimento comum em questionários estruturados). Assim, nesse texto, **serão utilizadas as classificações conforme coletadas pelo IBGE.**

Somente no censo de 1991, foi introduzida a categoria indígena.

É importante destacar aqui a peculiaridade da situação dos grupos indígenas no que diz respeito aos dados estatísticos. **A sub-representação da população indígena está ligada a diversos fatores.** Em primeiro lugar, seu registro como um segmento separado dos demais grupos só aconteceu em 1872 e 1890, como caboclos/as, e nos censos seguintes em categorias residuais ou juntamente com os/as amarelos/as. **A partir do censo de 1940, indígenas e caboclos/as se transformaram na indistinta categoria "parda", que poderia significar também "mulatos/as", morenos/as etc.** Somente no censo de 1991, foi introduzida a categoria indígena. A explicação para seus baixos percentuais na composição da população tem se baseado em parte pelo fato de não ser feito, nos levantamentos estatísticos oficiais, o recenseamento da área rural da região Norte, onde se concentra a grande maioria da população indígena¹. Oliveira (1996), analisando essa subnumeração da população indígena, contra-argumenta tal justificativa, afirmando que **a grande maioria das sociedades indígenas se encontra com seu território já demarcado ou em vias de identificação pela FUNAI, mantendo relações regulares com as diversas agências governamentais e outras instituições, podendo ser identificadas de outra maneira. Outro dado importante é que a categoria indígena não contempla, por exemplo, os/as descendentes de indígenas que vivem nos centros urbanos** (que muitas vezes são classificados como pardos/as).

O segundo aspecto diz respeito à leitura dos dados sobre cor/raça. Para captar as desigualdades entre os grupos de cor/raça, a leitura ideal dos dados deve ser feita de forma a comparar o desempenho desses grupos.

—

1. Desde 2004 (incluindo este ano), a PNAD passou a incluir essa informação em sua pesquisa, entretanto esse grupo continua apresentando baixos percentuais na composição da população. Como os dados aqui apresentados estão comparados com os dados da PNAD-1999, que não abrangia o Norte rural, essa área foi retirada da análise.

Portanto, no caso de análise de distribuição dos grupos, a soma total (100% dos casos) sempre será feita em cada grupo de cor/raça. Isso elimina a possibilidade de um viés analítico acerca do tamanho dos grupos. Por outro lado, se quisermos analisar a composição racial de determinadas características – por exemplo, a composição racial dos 10% mais ricos –, temos de comparar os percentuais encontrados com o percentual total daquele grupo de cor na população.

Desde a PNAD de 2007, o IBGE registra que a população branca corresponde a menos de cinquenta por cento da população.

Os dados do IBGE aqui apresentados são da PNAD-2008, ou seja, são as informações mais recentes disponíveis. Para efeitos comparativos das mudanças ocorridas nos últimos dez anos, serão utilizados os dados da PNAD-1999. Para analisar os temas de educação e mercado de trabalho e renda, serão introduzidos os dados da PNAD-2003, a fim de dar ênfase às mudanças mais recentes que são dignas de nota.

Em relação à composição demográfica da população brasileira, em termos de cor/raça, o primeiro dado relevante a ser destacado diz respeito às diferenças de distribuição da população brasileira segundo a cor/raça. A tabela 1 apresenta composição racial da população brasileira segundo regiões e nos mostra a concentração da população branca nas regiões mais desenvolvidas (Sul e Sudeste), e a presença de pretos/as e pardos/as, principalmente destes últimos, é muito maior no Norte e Nordeste. Em termos da evolução da composição dos grupos nos últimos dez anos, observa-se um crescimento dos grupos preto e pardo e uma queda do grupo branco. Os amarelos e indígenas não apresentam alterações significativas. Desde a PNAD de 2007, o IBGE registra que a população branca corresponde a menos de cinquenta por cento da população.

Tabela 1: População segundo cor ou raça, 1999, 2003 e 2008 – Brasil

		1999	2003	2008
Branco	N	86.530.093	91.368.729	91.371.111
	%	54,1	51,9	49,0
Pretos	N	8.636.372	10.416.715	12.832.127
	%	5,4	5,9	6,9
Pardos	N	63.739.637	73.062.739	80.635.288
	%	39,9	41,5	43,2
Amarelos	N	742.091	766.265	1.090.453
	%	0,5	0,4	0,6
Indígenas	N	261.130	332.485	521.881
	%	0,2	0,2	0,3
Total	N	159.909.323	175.946.933	186.450.860
	%	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pnad/IBGE. Elaboração própria.

Essa composição é um primeiro elemento para a compreensão das desigualdades raciais, ou seja, o fator regional contribui de forma significativa para sua configuração. Diferentes análises das de-

sigualdades raciais apontam que a região é uma variável com forte poder explicativo para o entendimento desse fenômeno. As disparidades regionais encontradas no Brasil foram construídas ao longo de sua história, **o que gera um acesso muito diferenciado das populações regionais a uma estrutura de oportunidades** que vão desde as **condições dos domicílios ao acesso a educação e emprego**. Essa desigual distribuição em termos regionais já sinaliza para um quadro no qual **a população preta e parda se concentra em espaços regionais menos dinâmicos e com menor acesso à estrutura de oportunidades**. Entretanto, esse aspecto não elimina a importância analítica das expressivas desigualdades intrarregionais que contribuem de maneira efetiva para a consolidação das desigualdades raciais e de sexo.

CAPITAL FAMILIAR

As condições da família têm sido consideradas pelos/as estudiosos/as do tema como um importante indicador na composição das desigualdades, justamente por agregar, nesse âmbito, características econômicas, sociais e culturais. O número de membros da família, principalmente o **número de pessoas com menos de quinze anos, a presença ou ausência de cônjuge, o grau de instrução dos pais e mães, além da renda familiar, são determinantes fundamentais** para a formação de sua nova geração.

Os dados da tabela abaixo permitem comparar as situações das famílias com pessoas de referência pretas e pardas às famílias chefiadas por brancos/as. Em 2008, embora as diferenças em termos do tamanho médio das famílias sejam quase inexistentes, as pessoas de referência brancas apresentam um pouco mais de instrução do que as pessoas de referência pretas e principalmente as pardas, devido à redução dessas diferenças entre os períodos analisados. As diferenças mais significativas que permanecem são da renda familiar e as proporções de famílias chefiadas por mulheres (com crescimento significativo entre 1999 e 2008), com maior proporção para o grupo preto. **A renda familiar per capita das famílias com pessoa de referência branca é quase o dobro da renda das famílias chefiadas por pretos/as e pardos/as**. Nota-se ainda que pretos/as e pardos/as estão muito mais próximos/as, em termos de rendimento e anos de estudos, e equidistantes do grupo branco.

Tabela 2: Características das pessoas de referência de família segundo cor ou raça, 1999 - Brasil

	Anos de estudo (média)		% de chefia feminina		Renda* familiar <i>per capita</i> média (em R\$)		Tamanho da família (média)	
	1999	2008	1999	2008	1999	2008	1999	2008
Branco	7,6	8,8	25,3	34,6	711,5	940,7	3,3	3,0
Pretos	5,2	7,2	32,6	39,5	317,7	485,3	3,5	3,2
Pardos	5,3	6,9	26,1	35,0	302,8	471,6	3,7	3,3
Total	6,6	7,9	26,1	35,2	533,4	706,2	3,4	3,1

Fonte: Pnad/IBGE

Destaca-se, portanto, o peso que a distribuição da renda familiar per capita tem na configuração das desigualdades raciais, mesmo quando outras características da família tenham se alterado e se tornado mais semelhantes entre os grupos de cor. Os gráficos 1 e 2 demonstram as diferenças de concentração de renda, por meio da composição dos decis de renda familiar per capita, segundo a cor. A título de ilustração, foram escolhidos os decis extremos (os 10% mais pobres e os 10% mais ricos) para análise.

Gráfico 1: Composição racial dos 10% mais pobres. Brasil 1999, 2003 e 2008



Fonte: Pnad/IBGE

Gráfico 2: Composição racial dos 10% mais ricos. Brasil 1999, 2003 e 2008

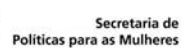
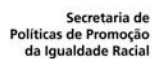


Fonte: Pnad/IBGE

Destacam-se, em primeiro lugar, as mudanças recentes ocorridas no Brasil em termos de concentração de renda. **Em relação aos 10% mais pobres, observa-se uma diminuição da pobreza entre os/as brancos/as, uma estagnação entre os/as pretos/as e um crescimento entre os/as pardos/as.** Apesar de todos os esforços para diminuir a pobreza, **a população branca se beneficia mais rapidamente dessas mudanças,** tema já discutido neste Curso ao estudarmos *Políticas Universais e Políticas Focalizadas*. Por outro lado, **em relação aos 10% mais ricos, os grupos pretos e pardos aumentam sua proporção, enquanto há uma diminuição do grupo branco.** É significativo o crescimento da proporção de pretos/as e pardos/as entre os 10% ricos, apesar da forte sobrerrepresentação dos/as brancos/as.

GLOSSÁRIO

Autonomização – processo que se governa e se reproduz por si mesmo e por suas próprias leis, de forma independente.



OS ESTUDOS SOBRE DESIGUALDADES RACIAIS

SE AS DESIGUALDADES RACIAIS NO BRASIL NÃO SÃO PRODUTO DE RACISMO E DISCRIMINAÇÃO, QUAL É A TEORIA OU INTERPRETAÇÃO ALTERNATIVA PARA DAR CONTA DAS DESIGUALDADES CONSTATADAS? COMO EXPLICAR AS DISTÂNCIAS ENTRE O DESENVOLVIMENTO HUMANO DO “BRASIL NEGRO” E DO “BRASIL BRANCO”?

Conforme abordado na Unidade 2, a constituição do campo da sociologia das relações raciais tem como marca principal o intuito de estabelecer os limites entre raça, classe e status nas relações raciais e na reprodução das desigualdades sociais no Brasil.

Como vimos, há algumas passagens importantes na forma de abordagem desses estudos. Nos anos 1940, observamos uma transição dos estudos de viés culturalista – tematizados principalmente nas obras de Gilberto Freire e Arthur Ramos – para uma linha de estudos fortemente influenciada pela Escola de Chicago, na qual predominavam os trabalhos de campo. Já nos anos 1950 e 1960, os estudos sobre relações raciais se consolidam por meio de uma série de estudos que procuravam investigar as relações entre raça e classe. Dentre eles, o Projeto UNESCO e os estudos da Escola Paulista (GUIMARÃES, 1999: 71).

os fatores estruturais, como classe, não são suficientes para explicar toda a disparidade entre os grupos brancos, pretos e pardos no Brasil.

As pesquisas que surgiram no final da década de 1970 marcaram um novo momento da discussão sobre a questão racial no Brasil e têm como principal marca a crítica às teses que subordinavam a questão racial a um problema de classe. Tais estudos procuraram enfatizar que os fatores estruturais, como classe, não são suficientes para explicar toda a disparidade entre os grupos brancos, pretos e pardos no Brasil.

O trabalho do sociólogo Carlos Hasenbalg, *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*, publicado em 1979 e reeditado em 2005, delimita a mudança de enfoque em relação ao tratamento do problema racial brasileiro. Seu objetivo principal foi abordar a estratificação racial e os mecanismos societários contemporâneos que produzem as desigualdades raciais. A tese desenvolvida no livro teve o intuito de tirar a ênfase do legado do escravismo como explicação das relações raciais hoje, e apontar o racismo e a discriminação pós-Abolição como causadores principais da subordinação social dos/as negros/as.

Hasenbalg não deixa de reconhecer a existência de um legado escravista real – como, por exemplo, o analfabetismo maciço e a concentração demográfica dos ex-escravos/as em áreas à margem do desenvolvimento urbano-industrial – como fator que tem participação nas relações raciais pós-Abolição. Entretanto, **o autor nega a existência de um determinismo desse legado para a subordinação social de negros e negras, e afirma serem o racismo e a discriminação os fatores principais na explicação de tal subordinação.**

A discriminação e o preconceito têm uma relação funcional com a preservação dos privilégios, ganhos materiais e simbólicos que os/as brancos/as obtêm da desqualificação competitiva dos/as não brancos/as.

Na sua visão, a discriminação e o preconceito adquirem novos significados e funções dentro das estruturas pós-es-cravistas e não são meros arcaísmos do passado. A discriminação e o preconceito têm uma relação funcional com a preservação dos privilégios, ganhos materiais e simbólicos que os/as brancos/as obtêm da desqualificação competitiva dos/as não brancos/as. Logo, a mudança do critério racial para o preenchimento de posições na estrutura de classes depende mais de fatores políticos de mobilização dos/as dominados/as e das divisões no grupo dominante do que de uma lógica inerente ao desenvolvimento da sociedade de classes.

Esse trabalho inaugurou uma linha de investigação que se desenvolveu a partir dos anos 1980 e que tem se beneficiado do acesso a uma ampla produção de dados estatísticos, bem como do aprimoramento de técnicas de análises quantitativas. Os principais achados desses estudos, nos anos 1980 e 1990, estão indicados no quadro a seguir, redigido pelo próprio Carlos Hasenbalg para esta unidade deste módulo.

OS ESTUDOS SOBRE COR E PROCESSO DE REALIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA: UM RELATO DE CARLOS HASENBALG

As representações sobre as relações raciais no Brasil, elaboradas na primeira metade do século XX, particularmente àquelas relacionadas ao aspecto harmonioso e pacífico dessas relações somente começaram a ser modificadas no campo das Ciências Sociais na década de 1950. Foi no início dessa década que a UNESCO, até então empenhada em refutar os dogmas racistas que culminaram no nazismo, patrocinou uma série de estudos sobre o tema, destacando a situação do Brasil. A intenção original desses estudos era a de poder transmitir ao resto do mundo a receita brasileira das relações raciais harmoniosas. Apesar da divergência nas conclusões dos diversos estudos regionais realizados nesse projeto, os resultados não confirmaram as expectativas originais, ao contrário, a autoimagem e idealizações raciais do Brasil sofreram danos significativos.

A pesquisa sociológica e demográfica sobre desigualdades raciais no Brasil não é nova nem escassa. Deixando de lado os estudos pioneiros do chamado "Projeto UNESCO" e os trabalhos da chamada "escola paulista de relações raciais" (Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni), a tradição de pesquisa desenvolvida nos últimos trinta anos dá forte sustentação à ideia de que os brasileiros não brancos estão expostos a desvantagens cumulativas ao longo das fases do ciclo de vida individual e que essas desvantagens são transmitidas de uma geração a outra. Em outros trabalhos, resenhei boa parte desses estudos e aqui me limito a apontar para os principais resultados.

Os estudos demográficos demonstraram as disparidades raciais quanto às probabilidades de superar o primeiro ano de vida e na esperança de vida ao nascer (Tamburo, 1987; Wood e Car-

valho, 1988; Berquó et all, 1986; Berquó, 1988; Tamburo, 1991 e IPEA/FJP/PNUD, 2000). **As pesquisas sobre educação indicavam que crianças não brancas completam menos anos de estudo do que as brancas, mesmo quando se consideram crianças da mesma origem social ou renda familiar per capita** (Barcelos, 1992a e 1992b, Hasenbalg e Silva, 1990; Rosenberg, 1987a e 1987b, 1990 e 1991; Silva e Hasenbalg, 2000). As disparidades em acesso, permanência e finalização dos ensinos médio e superior são ainda mais acentuadas. **A desigualdade educacional entre brancos e não brancos irá se refletir posteriormente em padrões diferenciados de inserção desses grupos de cor na estrutura ocupacional.**

Em termos de etapas do ciclo de vida, após a obtenção da educação formal, segue o ingresso no mercado de trabalho e a formação de novas famílias. Com relação a este último aspecto, no Brasil, sabe-se que os casamentos inter-raciais são mais comuns do que em outras sociedades multirraciais e que tais uniões por meio do processo de miscigenação racial, que começou no período colonial, continuam até hoje. No entanto, os poucos estudos sobre o tema mostram que aproximadamente 80% dos casamentos no Brasil são **racionalmente endogâmicos** e que esse padrão está longe do que seria esperado se o padrão de cor ou raça fosse irrelevante na seletividade casados (Berquó, 1991, Lazo, 1988; Scalon, 1992, Silva, 1987 e 1991).

O tema da participação dos grupos raciais no mercado de trabalho é um dos que está mais bem estudado. Resumindo e simplificando, **esses estudos indicam que pretos e pardos estão expostos a diversas práticas discriminatórias no mercado de trabalho. Além de ingressar nele com uma dotação menor de educação formal do que a dos brancos, os não brancos estão expostos à discriminação ocupacional, pela qual a avaliação de atributos não produtivos, como a cor das pessoas, resulta na exclusão ou acesso limitado a posições valorizadas no mercado de trabalho.** Soma-se a isso a discriminação salarial, evidenciada nas menores taxas de retorno à educação e à experiência obtidas por não brancos, sendo que **a diferença na taxa de retornos aumenta nos níveis educacionais mais elevados** (Bairros, 1986 e 1987; Bairros et all, 1992; Batista e Galvão, 1992; Castro e Guimarães, 1993; Chaia, 1988; Hasenbalg, 1992; Henriques, 2001; Lovell, 1989 e 1992; Oliveira et all, 1983; Porcaro, 1988; Silva e Lima, 1992; Silva, 1985; Soares, 2000; Telles, 1990, 1994 e 2003). Esses padrões diferenciados de participação dos grupos de cor no mercado de trabalho se traduzem em uma valorização altamente desigual do trabalho desses grupos: **a renda média do trabalho de pretos e pardos é pouco menos da metade da dos brancos.**

Por último, as pesquisas sobre mobilidade social e raça, levando em conta o conjunto de processos sociais acima referidos, enfocam **o papel da filiação racial na transmissão intergeracional das desigualdades sociais.** Os resultados mais relevantes apontam não só para as menores taxas de **mobilidade ascendente** para os estratos médios e altos, experimentadas pelos não brancos, como também para as **maiores dificuldades encontradas**

pelas famílias não brancas de classe média, para transmitir aos filhos as posições sociais conquistadas (Silva, 1981; Hasenbalg, 1985; Caillaux, 1994; Hasenbalg e Silva, 1999, Osório, 2004).

Ante toda essa evidência acumulada na pesquisa sociológica e demográfica dos últimos tempos, o ônus da prova está com aqueles que tentam desfazer o elo causal entre racismo, discriminação e desigualdades raciais. Se as desigualdades raciais no Brasil não são produto de racismo e discriminação, qual é a teoria ou interpretação alternativa para dar conta das desigualdades constatadas?

Finalmente, quanto ao estatuto teórico da relação entre discriminação racial e desigualdades sociais, queria apenas fazer referência à orientação adotada nos meus trabalhos anteriores sobre o tema com Nelson do Valle. Nesses trabalhos, tomamos como ponto de partida uma revisão crítica da literatura sobre relações raciais no Brasil, constatando que o papel de "raça" ou cor no processo estratificatório ou é simplesmente desconsiderado, no caso das análises que veem o preconceito e a discriminação como um mero epifenômeno das relações de classe, ou é então minimizado, quando a verificação da existência conspícua de comportamentos e atitudes discriminatórias é explicada como constituindo um "arcaísmo" evanescente do passado escravista. Em nossos trabalhos, foi enfatizada a funcionalidade da discriminação racial como instrumento de desqualificação de grupos sociais no processo de competição por benefícios simbólicos e materiais, resultando em vantagens para o grupo branco em relação aos grupos não brancos (preto e pardo). Tentamos mostrar que preconceito e discriminação raciais estão intimamente associados à competição por posições na estrutura social, refletindo-se em diferenças entre os grupos de cor na apropriação de posições na hierarquia social. Novamente, esse enfoque diz respeito às desigualdades entre grupos sociais, o que Charles Tilly chamou de desigualdades categóricas, e não desigualdades sociais em geral.

Observa-se, no relato de Carlos Hasenbalg, que as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por uma intensa produção sobre desigualdades raciais nas mais diversas áreas. Esses estudos contribuíram de forma significativa para a construção de uma agenda de combate às desigualdades raciais que começaram a ser implantadas na segunda metade dos anos 1990 (Lima, 2008).

Além desses estudos, há uma intensa produção de indicadores fora do meio acadêmico, feitos por órgãos governamentais e por organizações da sociedade civil. Dentre eles, destaca-se o **"MAPA DA POPULAÇÃO NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO"**, realizado pelo DIEESE para o INSPIR – Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial, lançado em 1999, no qual está demonstrada uma situação de reiterada desigualdade para os/as trabalhadores/as negros/as, no mercado de trabalho das regiões metropolitanas estudadas.

Outro estudo importante envolveu a utilização do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para medir a extensão da desigualdade racial brasileira, apresentando inovações na forma de abordar o tema. Como abordado no primeiro módulo deste Curso, o estudo realizado pelo economista Marcelo Paixão separou a população brasileira segundo a cor para avaliar suas diferenças acerca do desenvolvimento humano. A evolução do IDH de brancos/as e negros/as, aferida entre os anos de **1991 e 2000**, revela que, **apesar das melhorias verificadas em ambos os grupos raciais, ocorreu o distanciamento das posições ocupadas entre o “Brasil negro” e o “Brasil branco” no ranking mundial da qualidade de vida.** Em 1991, o “Brasil branco” ocupava a 65ª ou 66ª posição entre as nações mais desenvolvidas no aspecto social; em 2000, chegou à 44ª posição. Já o “Brasil negro”, que, em 1991, estava na 101ª ou 102ª posição, caiu, em 2000, para a 104ª ou 105ª. **A diferença entre os dois “países” passou de 36 para 60 posições no ranking do IDH em apenas 10 anos.**

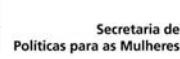
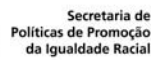
MAPA DA POPULAÇÃO NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO

“Os resultados da pesquisa Mapa da População Negra no Mercado de Trabalho realizada pelo DIEESE para o INSPIR - Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial - demonstram uma situação de reiterada desigualdade para os/as trabalhadores/as negros/as, de ambos os sexos, no mercado de trabalho das seis regiões metropolitanas estudadas. A coerência dos resultados em nível nacional revela que a discriminação racial é um fato cotidiano, interferindo em todos os espaços do mercado de trabalho brasileiro. Nenhum outro fato, que não a utilização de critérios discriminatórios baseados na cor dos indivíduos, pode explicar os indicadores sistematicamente desfavoráveis aos/as trabalhadores/as negros/as, seja qual for o aspecto considerado. Mais ainda, os resultados permitem concluir que a discriminação racial sobrepõe-se à discriminação por sexo, combinando-se a esta para constituir o cenário de aguda dificuldade em que vivem as mulheres negras, atingidas por ambas.” <http://www.dieese.org.br/esp/negro.xml> Acesso em 18 de maio de 2010..

GLOSSÁRIO

Racialmente endogâmicos - casamentos entre pessoas pertencentes à mesma raça/etnia.

Mobilidade ascendente - movimento de ascensão e elevação na escala social.



O TEMA DA DESIGUALDADE E DA ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

QUAL CONCEITO DE DESIGUALDADE MELHOR CONTRIBUI PARA ANALISARMOS AS RELAÇÕES RACIAIS?

Segundo Bryan Turner, a afirmação de que o igualitarismo é um valor e um princípio crucial das lutas políticas modernas e dos movimentos organizados para promoção de mudanças sociais parece ser um lugar comum nas ciências sociais contemporâneas. Curiosamente, ela coexiste e parece vir sempre acompanhada de outro lugar comum, que é a observação de que as possibilidades de mudanças realmente profundas no quadro das desigualdades parecem ser limitadas no contexto do capitalismo moderno, dada a **persistência dos arranjos relativos à propriedade privada, à organização familiar e à herança**, considerados fortes **mecanismos de reprodução das desigualdades**. Se, no plano ideológico, a igualdade é um importante motor da ação política, no plano do funcionamento concreto das sociedades modernas, é a desigualdade que se impõe como a grande realidade. De fato, um dos problemas que se coloca nos dias de hoje é a tensão resultante da necessidade de conciliar as demandas por igualdade, expressa por processos políticos, com as demandas de maior eficiência no funcionamento da esfera econômica, oriundas dos mecanismos de mercado (TURNER, 1979).

as possibilidades de mudanças realmente profundas no quadro das desigualdades parecem ser limitadas no contexto do capitalismo moderno,

Ao estudar *Desigualdades de gênero no Brasil*, no Módulo II, vimos que os **estudos sobre desigualdades envolvem diversas possibilidades analíticas e mobilizam diferentes tradições disciplinares para explicar suas origens, causas e efeitos** e estão relacionados à temática do **desenvolvimento econômico (pobreza e crescimento)**, da **justiça social**, do **debate acerca das concepções de indivíduo, liberdade e igualdade**. Um exemplo, a título de ilustração dessa ideia: a **teoria econômica neoclássica** trata o tema da desigualdade como parte do processo de distribuição de bens e recursos entre os indivíduos que contribuíram para sua produção, ou seja, a ênfase é na remuneração a partir de fatores produtivos. Na perspectiva sociológica, a ênfase é dada na relação entre desigualdade e estratificação social, ou seja, na forma como se dá a distribuição desses bens e recursos e suas conseqüências. No campo da filosofia política, as reflexões sobre desigualdade conduzem ao entendimento da relação entre liberdade e igualdade, à concepção do que vem a ser uma sociedade justa, bem como ao debate sobre quais desigualdades devem ser enfrentadas e quais desigualdades são simplesmente conseqüências de escolhas e realizações ou investimentos individuais.

Dessa forma, para definir o foco deste texto e não correr o risco de que se torne evasivo, o tema da desigualdade, aqui, será circunscrito à questão da **estratificação social e sua relação com a questão racial e de gênero**.

Os estudos sobre desigualdades com ênfase na estratificação social têm procurado identificar suas características e explicar sua persistência a despeito do igualitarismo moderno e do desenvolvi-

mento econômico. Segundo o sociólogo David Grusky, o termo **estratificação social refere-se a um complexo de instituições sociais que geram desigualdades**. Seus principais componentes são:

- 1) *os processos* institucionais que definem certos tipos de bens como desejáveis e valorizáveis;
- 2) *as regras de posição* que distribuem esses bens por intermédio dos vários postos ou ocupações na divisão de trabalho;
- 3) *os mecanismos de mobilidade* que ligam os indivíduos às ocupações, gerando, desse modo, o controle desigual sobre recursos estimados.

o termo **estratificação social** refere-se a um complexo de instituições sociais que geram desigualdades.

Desigualdade é, nesse sentido, fruto da combinação destes processos: os trabalhos, as ocupações e os papéis sociais na sociedade são combinados aos “pacotes de recompensa” que possuem valores desiguais (GRUSKY, 1994). A rigidez do sistema de estratificação se refere à continuidade da posição social de seus membros. Seu grau de rigidez poderá variar de acordo com os *diferentes tipos de ativos e recursos* disponíveis e de acordo com a forma como eles estão distribuídos.

Vale destacar que, no caso brasileiro, a temática das desigualdades deve ser entendida a partir de suas peculiaridades, principalmente no que diz respeito ao tema da escassez de recursos. Neste Curso, temos discutido que é necessário desvincular, analiticamente, a questão da pobreza da questão das desigualdades. O problema da pobreza é de insuficiência de recursos, enquanto que o problema da desigualdade é de distribuição desses recursos, **por isso é possível encontrar muita desigualdade em países ricos.**

O problema da pobreza é de insuficiência de recursos, enquanto que o problema da desigualdade é de distribuição desses recursos,

Nesse sentido, **o Brasil não é um país pobre, mas um país que sempre teve uma proporção considerável da sua população em situação de pobreza**, embora não sofra escassez de recursos para combatê-la. Ao analisarmos algumas políticas recentes de redução das desigualdades regionais, de gênero, raça, classe e geracional no Módulo II (Unidade 3), reconhecemos que os programas de transferência de renda, desenvolvidos nos últimos anos, têm provado avanços significativos na diminuição da pobreza.

Como analisar a desigualdade, tendo como referência a estratificação social? Há pelo menos dois caminhos:

- 1) análise das *desigualdades de oportunidades*, procurando compreender quais são as principais variáveis que contribuem para uma distribuição desigual de *recursos e de oportunidades* sociais;
- 2) análise das *desigualdades de resultados*: identificando os efeitos da desigualdade e principalmente observando em que medida ela afeta categorias de pessoas socialmente diferentes.

Esses dois modelos se encontram articulados, na medida em que diferenças na **aquisição** de capacidades levam a diferentes **performances** que geram diferenças nas **recompensas**. O sentido do termo aquisição diz respeito àquilo que é mutável – por exemplo, experiência (medida pela idade) e qualificação (em geral, medida pela escolaridade) – e que permite investimento. Há, porém, um dado importante e com uma visibilidade crescente na literatura que aborda a questão das desigualdades baseadas em características adscritas: atributos individuais inalteráveis, variáveis que não se relacionam com as diferenças de atributos ou performances, mas que estão consolidadas nas desvantagens historicamente produzidas entre os grupos sociais, étnicos, raciais e de sexo.

a naturalização das desigualdades sociais atua como forma de conciliar igualdade de oportunidades com a desigualdade existente, na medida em que transfere para a natureza a explicação dessas desigualdades

Segundo a antropóloga Verena Stolcke, as diferenças de gênero e de raça/etnia, ao lado das de classe, se destacam, entre outras características disponíveis dos seres humanos, como indicadores significativos da desigualdade social e elas interagem para reproduzir a opressão das mulheres em geral e as diferenças particulares entre elas. Para a autora, a naturalização das desigualdades sociais atua como forma de conciliar

igualdade de oportunidades com a desigualdade existente, na medida em que transfere para a natureza a explicação dessas desigualdades (STOLCKE, 1990).

No próximo texto, analisaremos empiricamente as questões aqui levantadas a partir de dados sobre a população brasileira. Traremos indicadores sociais que têm sido um importante instrumento de estudiosos das desigualdades raciais, ao longo da história e que, mais recentemente, têm assumido um papel-chave no desenho de políticas públicas com recorte étnico-racial.

GLOSSÁRIO

Teoria Econômica Neoclássica - A Escola Neoclássica surge na década de 1870 e introduz, na teoria clássica, novas produções do pensamento econômico, principalmente os *Marginalistas*, como William Stanley Jevons, Léon Walras e Karl Menger, que propuseram novos modelos teóricos acerca do valor, da utilidade, do trabalho, da produção, da escassez, da formação dos custos e dos preços. Para os *Neoclássicos*, o foco mais importante era o funcionamento do sistema de mercado e seu papel como alocador eficaz de recursos.

